



**Nem loucos, nem sãos, “tipos à parte”:**

**Arquivos, Crime e Loucura em Santa Catarina (1930 – 1970)**

Viviane Trindade Borges\*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um projeto em andamento, o qual se debruça sob os acervos de duas instituições catarinenses: a Penitenciária de Florianópolis e o Hospital Colônia Sant’Ana, através de uma parceria entre estas e o Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC (LabPac/UDESC). Envolvendo pesquisa e extensão, objetiva-se analisar e atuar na preservação da documentação histórica destas instituições marginais, bem como valorizar e difundir suas memórias, estimulando a integração entre estas, a universidade e a comunidade em geral, além de incentivar pesquisas na área da segurança e da saúde pública em Santa Catarina. A preservação dos acervos das instituições de saúde, bem como dos arquivos policiais e judiciais, ainda é um tema delicado, que envolve questões éticas importantes, além de dificuldades relacionadas a entrada dos historiadores nesses espaços. Desta forma, estudos voltados à organização e à pesquisa em arquivos como estes são incipientes. O presente artigo pretende propor algumas reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa nestes dois arquivos inóspitos, analisando uma experiência ainda em andamento.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, acervos, loucura, crime.

**Abstract:** This paper presents an ongoing project, which focuses on the collections of both institutions catarinenses: Florianópolis and the Penitentiary of St. Anne Hospital Cologne, through a partnership between them and the Laboratory of Cultural Heritage UDESC (LabPac / UDESC). Involving research and extension, the objective is to analyze and act on the preservation of historical documentation of these marginal institutions, as well as using and disseminating their memories, stimulating the integration among these,

---

\* Doutora em História pela UFRGS. Contato: [vivianetborges@gmail.com](mailto:vivianetborges@gmail.com)



the university and the wider community, and encourage research in the area of security and public health in Santa Catarina. The preservation of the collections of health institutions as well as from police files and court, it is still a sensitive topic that involves important ethical issues, and difficulties related to entry of historians in these spaces. Thus, studies focused organization and archival research as these are incipient. This article aims to propose some theoretical and methodological reflections on research in these two files inhospitable, analyzing an experiment still in progress.

**Keywords:** cultural heritage collections, madness, crime.

### **Arquivos Marginais**

Ao assumir o cargo de professora no Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por razões ligadas à meus interesses de pesquisa, decidi visitar o maior hospital psiquiátrico público do Estado, criado em 1941, a Colônia Sant'Ana, atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq). A instituição, acostumada a receber visitas de profissionais e estudantes da área da saúde, não estava habituada a receber historiadores. A escolhida para mediar a visita inusitada foi a enfermeira e Doutora em História da Enfermagem, Eliani Costa, por conta de seu conhecido interesse pela história da psiquiatria. Ao longo de seus 30 anos como funcionária do Hospital, Costa foi juntando os vestígios da história da instituição, compondo um acervo rico, que na década de 1990 chegou a dar origem a um pequeno Museu dentro da instituição, o qual acabou funcionando por pouco tempo. A enfermeira então guardou o acervo, espremido em sua sala e espalhado pelos pavilhões do IPq.

Na tarde chuvosa de julho de 2011 conheci o velho hospital, seus pavilhões, seus corredores, seus pacientes e seu acervo. Foi a partir desse encontro que decidimos criar o Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant'Ana (CEDOPE/HCS-IPq), através de uma parceria entre o Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC (LabPac/UDESC), a Secretaria de Estado da Saúde e o Instituto de Psiquiatria de Santa



Catarina (IPq). O CEDOPE foi inaugurado oficialmente em 07 de novembro de 2011, um trabalho que visa a organização, salvaguarda e pesquisa junto aos documentos referentes a história da instituição.

O trabalho desenvolvido no CEDOPE revelou que parte significativa dos internos era proveniente, ou tinha alguma passagem, pela Penitenciária de Florianópolis, visto que o Manicômio Judiciário do Estado, atual Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), foi criado somente em 1971.<sup>1</sup> Nos prontuários, a linha que separa loucura e crime se mostrava muito tênue, instigando à pesquisa junto ao acervo desta outra instituição em busca de respostas e novas possibilidades.

Assim, em 2012, visitei o Complexo Penitenciário de Florianópolis, antiga "Penitenciária da Pedra Grande", inaugurada em 21 de setembro de 1930. No prédio administrativo, em um amplo saguão localizado no segundo andar, fui apresentada ao chamado Espaço Memória da Penitenciária, que havia sido criado em 21 de setembro de 2011, quando a Penitenciária de Florianópolis comemorou seus 81 anos de existência. O espaço era constituído por uma exposição, composta por fotografias e objetos sem identificação e sem cuidados relacionados à preservação, comprometendo a integridade física do acervo. A partir de então, através de um contato mais prolongado com a instituição, tive acesso acerca de 150 fotografias que datam de sua fundação, na década de 1930, até aproximadamente a década de 1980, bem como ao acervo documental composto por cerca de 9 mil prontuários de sentenciados, que abrangem este mesmo período.

Cabe ressaltar a existência de espaços voltados à preservação dentro de ambas as instituições. O Hospital Colônia com seu "Museu", já desativado, e a Penitenciária com seu Memorial, hoje reestruturado. Tais espaços de celebração do passado possuem a função de dar a ver a história da instituição, principalmente à funcionários e familiares de

---

<sup>1</sup> A pesquisa ainda não dispõe de dados mais precisos a este respeito, visto que o levantamento teve início somente ao final de 2012, no final do ano letivo.



pacientes e detentos. Através da exposição de documentos e objetos antigos, valorizando a história institucional e ressaltando sua importância para o Estado, as instituições pareciam tentar “entender o que foram para compreender como são (ou como desejam ser)” (SCHMIDT e SPERANZA, 2012, p. 254). Sintoma do que podemos chamar de “cultura da memória” (HUYSEN, 2000) que perpassa o tempo presente, caracterizado pela proliferação de lugares para o depósito de lembranças em órgãos públicos e privados, clubes, escolas, hospitais, prisões, etc. Foi certamente essa “sedução pela memória” que mobilizou tais espaços a guardarem e exibirem seu passado, permitindo a preservação destes importantes acervos.

Frente a estas novas descobertas e demandas, decidi ampliar o alcance dos projetos de pesquisa e extensão por mim coordenados, passando a envolver o Hospital Colônia Sant’Ana e a Penitenciária de Florianópolis.<sup>2</sup> Além disso, ambos os espaços tornaram-se campo de estágio dos acadêmicos do curso de história da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), alunos disciplina Prática Curricular Patrimônio Cultural por mim orientados. Ligada ao Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC (LabPac/UDESC), a disciplina, procura estimular a reflexão acerca das ações de preservação de bens culturais, ressaltando o papel dos historiadores e dos acervos no registro das experiências históricas e nos processos sociais de construção de memórias, propondo ações ligadas à salvaguarda de acervos.

---

<sup>2</sup> O projeto de extensão “Arquivos Marginais: Crime e Loucura em SC”, atua na salvaguarda dos acervos da Penitenciária de Florianópolis e do Hospital Colônia Sant’Ana (atual Instituto de Psiquiatria de SC), contando com o apoio de dois bolsistas e nove voluntários. Os projetos de pesquisa se desdobram dentro da temática crime e loucura: 1. “Políticas de memória e História do Tempo Presente: a patrimonialização do sofrimento no Brasil (1980 – 2011)”, no qual procuro mapear e analisar instituições ligadas a doenças estigmatizadas, no caso em questão, leprosários e hospitais psiquiátricos, que na atualidade constituíram espaços de memória, tais como arquivos, centros de documentação, museus e memoriais, o qual conta com o apoio de um bolsista. 2. “Pedidos de Perdão e seus narradores nos arquivos da Penitenciária da Pedra Grande (SC, Século XX)”, no qual como analiso como a violência cometida é narrada nos Pedidos de Perdão endereçados à presidentes e autoridades locais, problematizando a maneira como os condenados contam suas histórias, dando novos sentidos aos crimes cometidos, buscando as transformações e as técnicas de persuasão que utilizaram em suas narrativas.



## **Arquivos inóspitos**

A documentação produzida por estas instituições é de difícil acesso por diferentes razões. Em ambos os casos, a documentação mais “antiga” e, portanto, sem valor corrente, foi depositada em locais impróprios à sua preservação, sem uma organização que possibilite a pesquisa. Os arquivos aqui enfocados eram inóspitos à pesquisa, marginalizados dentro das instituições que os geraram, espalhados pelas antigas edificações, que garantiram sua guarda, mas não sua integridade. Eram inóspitos também à saúde dos pesquisadores, em meio à poeira acumulada ao longo dos anos. Haviam perdido suas funções cotidianas, ligadas à administração e ao controle, não interessando mais ao dia-a-dia, apenas à história. Assim, da mesma forma que àqueles a quem trata e confina, as fontes produzidas por tais instituições também se encontravam à margem da sociedade, sem catalogação ou política de salvaguarda, depositadas onde não atrapalhassem o cotidiano e suas demandas constantes por mais espaço.

Em ambas as instituições a massa documental de prontuários impressiona e instiga. No Hospital Colônia são cerca de 18 mil, e na Penitenciária em torno de 9 mil prontuários, contabilizando um período que inicia na fundação destas instituições (em 1941 e 1930, respectivamente), até aproximadamente a década de 1970.<sup>3</sup> Além disso, as instituições citadas possuem acervos fotográficos e no caso do Hospital Colônia existem ainda outros documentos, tais como livros de ocorrência, livros de registro de entradas, etc.

As duas instituições possuem perfis e histórias semelhantes, gerando assim arquivos análogos, mas de forma alguma idênticos. Ambas foram criadas durante o período do Estado Novo (1930-1945), quando Nereu Ramos foi interventor em Santa Catarina, respondendo a uma série de investimentos institucionais, focados em políticas assistencialistas. Neste sentido,

---

<sup>3</sup> O projeto trabalha apenas com este recorte cronológico, ou seja, com documentos entendidos como de caráter permanente, com cerca de 30 anos contados a partir da data de sua produção. São portanto, “conjuntos de documentos de valor probatório, informativo e histórico que devem ser preservados por tempo indeterminado” (Instrução Normativa 09/2007).



no espaço urbano, sobretudo nas vias públicas das cidades, o assistencialismo buscou soluções para o problema social causado pela infância abandonada, pela vadiagem, loucura e prostituição. Nos recintos privados e reservados se traduziu num investimento na família, na penitenciária, nos hospitais, nas escolas, nas casas para menores (CAMPOS, 2008, p. 105).

Neste mesmo período foram construídos vários estabelecimentos de controle social: a Penitenciária (1930), o Abrigo de Menores (1940), o Hospital Colônia Santa Teresa (1941, destinado à pacientes acometidos pela Lepra), e o Hospital Colônia Sant’Ana (1941, para pacientes psiquiátricos). Ainda atendendo a esta política assistencialista, entre 1936 e 1940 foram realizadas reformas estruturais na Penitenciária, ampliando sua capacidade e possibilitando a instalação de oficinas para o trabalho dos detentos (CAMPOS, 2008, p. 107).

Ambas as instituições—estavam integradas ao projeto de construção de uma sociedade moderna em Santa Catarina, numa tentativa de regeneração de sentimentos, empreendendo uma reforma moral da sociedade. Tratam-se, portanto, de instituições totais (GOFFMAN, 2004), locais com tendência ao fechamento, ou seja, às limitações em relação ao contato com a sociedade exterior, representadas por “proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico”.<sup>4</sup> Enquanto a Penitenciária deveria possibilitar a reintegração social dos detentos através da correção de suas falhas morais, o Hospital Colônia Sant’Ana estava ligado à ideia de prevenção social, tornando o confinamento da loucura também uma questão de segurança pública.

A estrutura dos prontuários destas instituições também é muito próxima. Em ambos os casos o objetivo maior era o controle da vida institucional de doentes e detentos, documentando suas trajetórias institucionais, suas faltas, tratamentos e

---

<sup>4</sup> “Em 1961, Erving Goffman publicou o livro *Asylums*, que chegou ao Brasil em 1970, com o título de *Manicômios, prisões e conventos*, no qual o autor procura traçar as características das instituições totais, onde a vida dos indivíduos é normatizada por regulamentações diárias” (BORGES, p. 133, 2012). Tal conceito sofreu críticas ao longo dos anos, principalmente por construir uma imagem fechada e homogênea do mundo institucional, na qual os internados são desprovidos de seus “estojos de identidade” (Goffman, 1999, p. 28) e, por extensão, de suas individualidades, fundindo-se num todo uniforme e impessoal. Analisando a documentação produzida por estas instituições é possível descobrir fissuras, rasgos na ordem aparente, desvelados através dos vestígios deixados por seus habitantes, os quais mantinham sua subjetividade e suas individualidades em meio a aparente homogeneidade. A este respeito ver: (BORGES, 2012) e (IGNATIEFF, 1987).



punições. Da mesma forma, tanto na Penitenciária quanto no Hospital, fotografias institucionais da década de 1940 foram realizadas pelo Governo do Estado, na tentativa de ressaltar os feitos da administração pública, corroborando o discurso que exaltava a modernidade da cidade através da constituição de espaços destinados ao confinamento dos desviantes.

Levando em conta o princípio da proveniência,<sup>5</sup> ou seja, “os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996), a documentação do Hospital Colônia permanecerá na instituição sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), e a da Penitenciária será encaminhada ao Arquivo Público do Estado. Nos dois casos primou-se pelo respeito à ordem original dos documentos, “levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos” que garantem sua organicidade” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996), procurando perceber as relações que os documentos guardavam com as instituições geradoras.

A respeito do Hospital Colônia Sant’Ana, a criação de um Centro de Documentação dentro da instituição garantiu que a documentação permanecesse em seu local de origem.<sup>6</sup> No caso dos prontuários foi criado um Índice Onomástico, instrumento de pesquisa no qual estão sendo relacionados: nome do paciente (por ordem alfabética), número do prontuário e número da caixa correspondente. No que tange aos demais documentos sob a guarda do CEDOPE, foi criado um quadro de arranjo, cujo objetivo é dar visibilidade às atividades do HCS, permitindo a clara ligação entre os documentos, mantendo sua organicidade (CAMARGO; BELLOTTO, 1996). O instrumento foi

---

<sup>5</sup> O princípio da proveniência e o princípio de respeito à ordem original, tendem a se imbricar, “formaram, no século XIX, a base da organização da Arquivística (ou Arquivologia) como campo disciplinar próprio. Problematisados e repensados à luz das transformações históricas dos séculos XX e XXI, em especial, da informatização e da expansão dos documentos eletrônicos, continuam como referências para o tratamento dos conjuntos documentais arquivísticos” (GONÇALVES, 2009, p. 351).

<sup>6</sup> O acesso à pesquisa no CEDOPE ocorre mediante a apresentação de Carta de Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa Nacional e do projeto de pesquisa a ser desenvolvido, o qual será avaliado pela coordenação do CEDOPE/HCS – Ipq.



definido através da análise dos diferentes organogramas da instituição ao longo do tempo, e por meio da pesquisa histórica. A partir daí foram criadas categorias que dizem respeito às atividades observadas, configuradas em estruturas específicas, no caso, em diferentes setores e departamentos, tais como Setor de Enfermagem, Serviço Social, Serviço de Atendimento Médico e Estatística, Departamento Pessoal, etc. Nas subclasses estão inseridas as séries tipológicas, tais como livros de ocorrência, relatórios, etc; ligadas às atividades controladas pelos diferentes setores e departamentos citados.

No caso da documentação da Penitenciária de Florianópolis, por não haver espaço nem estrutura física adequadas para a guarda do acervo na própria instituição, após o trabalho de higienização, acondicionamento e classificação, o mesmo será transferido para o Arquivo Público do Estado, atendendo a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Conforme a Instrução Normativa 09, de 2007, “Os acervos documentais a serem transferidos ou recolhidos às instituições arquivísticas públicas, deverão estar organizados, avaliados, higienizados, acondicionados, acompanhados de índices e controle dos documentos”. Desta forma, o trabalho de salvaguarda realizado pelos projetos de extensão e pesquisa citados torna-se fundamental, possibilitando a salvaguarda do acervo e sua transferência para o Arquivo Público, suprimindo uma lacuna governamental, visto que o Arquivo não recebe documentos das instituições estaduais há 20 anos. Também nesse caso foi criado um Índice Onomástico, listando nomes (em ordem alfabética), número do prontuário e número da caixa correspondente.

### **Tipos à parte**

Em 1953, J.A., 27 anos, solteiro, morador e natural de Caçador (SC), foi condenado por furto a 10 anos de reclusão e mais 2 anos de internação em Casa de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. J.A. furtou um saco de arroz de 42Kg e um saco de garrafas vazias de um Hotel da cidade onde morava, e no mesmo dia furtou ainda um sapato, uma “combinação de senhora”, cinco xícaras e uma capa, de residências





próximas. A defesa recorreu, por considerar a pena muito severa, visto que todos os lesados haviam recebido seus bens de volta, solicitando ainda um “exame de sanidade mental”, que não foi realizado na ocasião devido à “longa demora”. Obteve-se a redução da pena para 5 anos e pagamento de multa de Cr\$ 1.634,00, mantendo a condenação de dois anos em Casa de Custódia.

J.A. ingressou na Penitenciária de Florianópolis em 1953 e desde então telegramas partiram da direção do estabelecimento, endereçados ao “Juiz de Direito da Comarca de Caçador”, solicitando a Carta Guia do detento, documento que informa a sentença condenatória, a qual foi remetida à instituição somente em 1958. Desta forma, durante cerca de cinco anos, J.A. esteve preso sem que a direção da Penitenciária soubesse detalhes sobre sua condenação, nem mesmo quando tempo ficaria recluso. O detento exerceu várias atividades dentro da instituição: “Pedreira, Serviços Públicos, Faxina, DOP” (Departamento de Obras Públicas). Também constam reclamações dos supervisores sobre o consumo de bebida alcoólica, levando-o inclusive a uma punição, em 1958, por estar embriagado em horário de trabalho.

No Prontuário de J.A. é possível encontrar também cartas por ele escritas, todas destinadas ao Diretor da Penitenciária, tratando ou de mudança do setor de trabalho ou do perdão da segunda parte de sua pena. J.A. parecia concordar, ou ao menos não explicitava ser contrário, com a sentença que o confinou por cinco anos na Penitenciária de Florianópolis, mas demonstrava temer o desfecho final, ou seja, a internação por dois anos em Casa de Custódia. Ele não queria ser transferido para um “hospital de pessoas loucas”, asseverando: “Cumprí minha pena de reclusão fazendo de tudo para ser bom. Hoje tenho 2 anos de Casa de Custódia, porque? Porque não foi reconhecido meu sofrimento?” (21/07/1958).

Em 1958, o período de reclusão de J.A. na Penitenciária já havia se findado, dando início a sua internação em Casa de Custódia, contudo, essa transferência não se deu de forma imediata:



O setenciado terminou o cumprimento da pena de reclusão a que foi condenado pelo Juízo de Direto da Comarca de Caçador, em 1 de junho de 1958, no entanto, o referido setenciado continua nesta Penitenciária sob o mesmo regime, em virtude de não existir no presídio secção especial para o cumprimento da medida de segurança detentiva que lhe foi aplicada – internamento em casa de custódia e tratamento por dois anos.

Outrossim, cumpre-se, ainda, informar V.S. que esta Penitenciária fez todas as tentativas possíveis para conseguir o internamento do citado detento no “Hospital Colônia Sant’Ana”- único estabelecimento adequado existente no Estado para o cumprimento da medida de segurança aplicada – e até a presente data nada conseguiu. Enaldo Luz (subdiretor Penal) (09/03/1959).

Medidas de segurança são destinadas àqueles que praticam crimes e que, por serem portadores de transtorno mental, não podem ser considerados responsáveis pelos seus atos e, portanto, devem ser tratados e não punidos. Depois de cinco anos cumprindo pena na Penitenciária de Florianópolis, juntamente com detentos sem problemas mentais, J.A. foi transferido para um local destinado a estes últimos, passando então a ser tratado e não mais punido. Uma das razões certamente foi o fato de neste período não haver ainda em Santa Catarina uma Casa de Custódia e Tratamento, instituição de internamento específica para atender pessoas com algum tipo de transtorno mental que tivessem cometido crimes. Tais espaços começaram a surgir no Brasil a partir da segunda década do século XX, denominados inicialmente de Manicômios Judiciários, como foi o caso do atual Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), criado em 1971, em Florianópolis.<sup>7</sup>

A implementação desta nova instituição foi precedida pela discussão sobre o encaminhamento institucional que deveriam ter pessoas que eram tidas como loucas e criminosas. Em Santa Catarina, estes eram recolhidos ao Hospital Colônia Sant’Ana ou à Penitenciária de Florianópolis, pois, conforme o exposto, não havia no Estado instituição que atendesse especificamente a esta demanda até a década de 1970. Assim, o Hospital

---

<sup>7</sup> Até 1994 a instituição chamava-se Manicômio Judiciário. No Brasil, os manicômios judiciários passaram a se denominar Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, a partir da Reforma Penal de 1984, obedecendo o novo Código Penal Brasileiro. O HCTP atende somente pacientes do sexo masculino, as mulheres são encaminhadas para o Instituto São José (SC).



Colônia Sant'Ana não era a instituição adequada para o cumprimento da pena de J. A., mas era a única possível disponível naquele momento. Alguns indivíduos por vezes registravam passagem pelos dois estabelecimentos, como no caso de J.A., evidenciando a fragilidade em definir crime e loucura, pena ou tratamento. A decisão judicial deveria ser precedida de um Exame de Sanidade Mental, mas no caso de J.A., por exemplo, apesar de solicitado, sua realização só ocorreu após sua sentença, em 1956, quando já cumpria pena na Penitenciária e aguardava o desfecho final de sua reclusão: o internamento, não em Casa de Custódia, como previa sua pena, mas no Hospital Colônia Sant'Ana.

Na Penitenciária, o prontuário do detento J.A. é extenso, perpassado por cartas endereçadas à direção solicitando transferências de setor de trabalho e pedindo o perdão de parte de sua pena. No Hospital Colônia Sant'Ana, o prontuário do paciente J.A. é lacunar, sem nenhum registro de próprio punho deixado pelo internado, somente o preenchimento incompleto dos formulários institucionais. De detento à paciente psiquiátrico, J.A. ingressou no Hospital em 3 de abril de 1959, como paciente “readmitido”, visto que ele já havia tido uma passagem pela “instituição para pessoas loucas”, em 1956, quando fez radiografias de pulmão e realizou o Exame de Sanidade Mental. Conforme o documento, J.A. foi transferido para “ficar internado 2 anos, esta ordem veio da Penitenciária do Estado”. Contudo, J.A. não chegou a cumprir os 2 anos de internação a que foi condenado, pois em 22 de junho de 1960 recebeu alta, em razão de sua “cura social”. O exposto é evidenciado em documento emitido pelo Hospital Colônia e endereçado à Penitenciária de Florianópolis, o qual encontra-se anexado ao Prontuário de J.A. nessa instituição:

o paciente apresenta uma anormal estrutura da personalidade (personalidade psicopática amorala) onde se superajunta o alcoolismo, exteriorizando reações patológicas na embriaguês aguda, quando se exacerba o impulso cleptomaniaco. Também se faz evidente o desajustamento social. O paciente sendo portador dessa constituição **não é propriamente um doente mental, também não podendo ser considerado como são. É um tipo à parte**, que apresenta desarmonia constitucional de atributos psíquicos, principalmente relacionados à afetividade e à volição, com decorrente reflexo de caráter. Os tratamentos e as medidas disciplinares não corrigem totalmente as



imperfeições, mas podem determinar uma modificação. Apesar de ter empreendido uma fuga em 25 de maio de 1.959, tendo sido recapturado a 6 de junho do mesmo ano, sua conduta no Hospital tem sido muito boa. Trabalha, coopera em serviços de limpeza e auxilia à Direção da Casa. Desta forma, acreditamos tenha sido obtida a cura social do pacientes (22/06/1960) (grifos meus).

Nem propriamente um “doente mental”, mas também “não podendo ser considerado são”, J.A. foi classificado como um “tipo à parte”. As instituições que o confinavam pareciam não saber como lidar com o caso de J.A., visto que “os tratamentos e as medidas disciplinares” não tinham o efeito esperado, não corrigiam “totalmente as imperfeições”, apenas indicavam uma possibilidade de modificação. J.A. tentou fugir do “hospital para pessoas loucas” que parecia temer quando preso, mas acabou “recapturado”. Foi então “modificado”, passou a trabalhar, cooperando, auxiliando, obtendo em fim a sua “cura social”. Mas sendo um “tipo à parte”, J.A. retornou ao Hospital em 1961, após fazer “uso excessivo de bebidas alcoólicas”, permanecendo até 1967, quando cessam os registros em seu prontuário e J.A. desaparece em meio as páginas amareladas pelo tempo.

J.A. perpassou duas instituições totais, ou seja, uma Penitenciária e um Hospital psiquiátrico, teve sua vida institucional inscrita através de registros que procuravam controlar sua existência nesses espaços. Tais vestígios do passado possibilitam problematizar o cotidiano institucional, enriquecendo o conhecimento histórico a esse respeito, através da análise de novas fontes até então não exploradas que desvelam novas nuances e possibilidades. Nesta fase inicial já algumas certezas foram questionadas. Até então acreditava-se que o trabalho exercido pelos detentos dentro da Penitenciária não era entendido como um castigo ou uma obrigação, mas como um direito: “interessante observar que nenhum castigo era dado em termos de trabalho, certamente para evitar que o detento associasse a noção de trabalho à noção de castigo” (CAMPOS, 2008, p. 132). Contudo, alguns dos prontuários pesquisados, incluindo o de J.A., revelam que o trabalho na Pedreira, localizada nos fundos da Penitenciária, era uma forma de punição às faltas dos detentos. Em 17 de outubro de 1958, o encarregado da turma do Departamento de Obras Públicas (DOP) registrou que havia “recolhido o sentenciado 2313 por motivo do



mesmo se achar embriagado”. Por esta razão, J.A. foi “punido com 24 horas de cela e 30 dias de trabalho na Pedreira”.

A documentação permite ainda questionar os limites entre crime e loucura, desvelando os sujeitos que foram condenados a perpassarem a Penitenciária e o Hospital Psiquiátrico por serem considerados tipos à parte, indivíduos caracterizados entre a razão e a loucura. Este foi o caso de J. A., que depois de cinco anos cumprindo pena passou a ser tratado em uma instituição psiquiátrica. Novas fontes que desvelam outros aspectos do cotidiano institucional. Possibilidades trazidas pelo trabalho dos historiadores nos velhos e inóspitos arquivos.

Conforme Arlette Farge (2009, p. 14).

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde ser chamará história.

O presente trabalho intencionou problematizar algumas reflexões teórico-metodológicas suscitadas pela pesquisa em dois arquivos inóspitos, trazendo à tona uma experiência ainda em andamento. Na documentação de ambas as instituições analisadas é possível encontrar histórias como a de J. A., “instantes de vida de personagens comuns”, onde crime e loucura marcam “tipos à parte”, que viveram à margem da sociedade, confinados em espaços por ela inscritos. Através de tais fontes é possível levantar questões ligadas ao moralismo, à sedução, à religião, à família, aos tratamentos e à violência.

Integrando pesquisa e extensão, o projeto Arquivos Marginais vem atuando na preservação da documentação histórica de duas instituições marginais, bem como contribuindo para valorizar e difundir suas memórias, estimulando a integração entre estas, a universidade e a comunidade em geral, além de incentivar pesquisas na área da segurança e da saúde pública em Santa Catarina. Os prontuários registraram a vida dos sujeitos dentro dos muros institucionais, através do olhar daqueles que procuravam



regular o cotidiano institucional. No caso do Hospital, os registros são de médicos, enfermeiros e atendentes, enquanto que na Penitenciária eles são escritos basicamente por agentes penitenciários e o diretor da instituição. São vestígios que evidenciam comportamentos, normas internas, relações de convívio, poder, formas de tratamento, e, sobretudo, o cotidiano institucional. Intencionou-se aqui evidenciar que em meio à aparente uniformidade de formulários amarelados pelo tempo, é possível encontrar brechas, alguns “instantes de vida de personagens comuns”, subjetividades que estilhaçam a imagem homogênea do mundo institucional, instigando um novo entendimento a respeito das instituições totais.

### **Bibliografia**

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Instrução Normativa 09/2007.

BELOTTO, H. L. Arquivos permanentes tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORGES, Viviane T. Loucos (nem sempre) mansos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

CAMARGO, A. M. De A.; BELOTTO, H. L. (Coords). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: AAB-SP; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

FARGE, A. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.

GOFFMAN, ERVING. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GONÇALVES, Janice. Tais arquivos, quais memórias?. Registro [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n. 3, jul.2004, p. 34-42.

GONÇALVES, Janice. A organização dos arquivos e o “Método Histórico”. In:



PERARO, Maria. Igreja católica e os cem anos da arquidiocese de Cuiabá (1910 – 2010). Cuiabá: UFTM, 2008.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 14, p. 185-193, mar./ago. 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, S.Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

POYER, Viviani. A penitenciária estadual de Pedra Grande: um estudo sobre a política de combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

Revista de História Catarina. Dossiê: Penitenciária de Florianópolis. Florianópolis: Ano VII – Número 48, 2012.

SCHMIDT, Benito. SPERANZA, Clarice. Processos trabalhista: de papel velho a patrimônio cultural. In: PAULA, Z.C. de. MENDONÇA, L. ROMANELLO, J.L. Polifonia do patrimônio. Londrina: Eduel, 2012.

### **Prontuários**

Penitenciária de Florianópolis. Prontuário do detento J.A. n. 2313 J 4 [1953].

Hospital Colônia Sant'Ana. Prontuário do paciente J.A. n. 4112 [1956].

Recebido em 09/09/2014; aprovado em 14/11/2014.